

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Taisa Chitolina Percoski

KANHGÁG AG TÝ VÉNHKARÁN MÚ FACED,
MÚ HÁ HAG JÁ AG TÓG MA

A construção de um novo caminho: o acesso indígena a FACED

Porto Alegre
2. Semestre
2014

Taisa Chitolina Percoski

KANHGÁG AG TÝ VÉNHKARÁN MÚ FACED,
MÚ HÁ HAG JÁ AG TÓG MA

A construção de um novo caminho: o acesso indígena a FACED

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Sabat

Porto Alegre

2. Semestre

2014

“Olhar os povos indígenas brasileiros a partir de uma visão rasa de produção, de consumo, de riqueza e pobreza é, no mínimo, esvaziar os sentidos que buscam para si”

Daniel Munduruku

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter ouvido o clamor do povo indígena sobre o anseio de estudar na UFRGS. A todas as pessoas envolvidas neste processo de reserva de vagas e acolhimento aos estudantes indígenas. Esta conquista é de extrema importância para nossa construção social, temos sempre a aprender com o outro, talvez se as portas da universidade pública não se abrissem poderia nunca ter conhecido mais de perto a cultura indígena.

Em especial agradeço ao colega Dorvalino que inspirou esta pesquisa e enriqueceu minha passagem nesta Faculdade com seus ensinamentos.

Agradeço a professora Maria Aparecida Bergamaschi que foi responsável por tantos encontros significativos que tive com este povo.

Agradeço minha orientadora professora Ruth Sabat por ter me acolhido neste trabalho, me ajudando a encontrar o caminho.

A minha filha Gabriela, que também esteve presente neste processo de estudo, aprendizagem e conhecimento, te amo.

Por fim, porém não menos importante agradeço ao meu amor Peter, companheiro, marido, me emociono ao lembrar, de nossas incansáveis discussões defendendo as causas sociais, e todas as vezes que me escutou quando precisei falar sobre as minhas encantadoras descobertas deste povo que tanto me comove com seus saberes.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DETALHAMENTO DA PESQUISA	7
2.1 A inspiração.....	7
2.2 Os objetivos do estudo.....	7
3. DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	7
3.1 A escolha da metodologia.....	7
3.2 Os aportes teóricos.....	8
4. O POVO INDÍGENA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	11
5. O INÍCIO DE UMA CAMINHADA: A RESERVA DE VAGAS NA.....	13
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	
6. DO ACOLHIMENTO À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: O ALUNO....	16
INDÍGENA NO CURSO DE PEDAGOGIA	
6.1 Entrevistas dos estudantes indígenas.....	16
6.2 Entrevistas dos professores.....	20
6.3 Análises das entrevistas.....	22
7. APRENDENDO A VIVER.....	27
RERÊNCIAS.....	28
ANEXO A.....	29
ANEXO B.....	30

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso analisa de que maneira acontece o processo de acolhimento do aluno indígena no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os objetivos da pesquisa são: identificar e analisar ações de apoio à permanência de estudantes indígenas e, ainda, perceber como é avaliada a produção de conhecimento destes alunos tendo como fundamento a diferença étnica e cultural. A pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa e está alicerçada nas entrevistas com professores, alunos indígenas do curso de Pedagogia e pessoas envolvidas no processo de reserva de vagas. O trabalho tem como referenciais teóricos os estudos de Maria Aparecida Bergamaschi, que apresenta o diálogo como uma importante possibilidade de troca com diferentes culturas, e de Tomaz Tadeu da Silva e sua argumentação em torno dos conceitos de identidade e diferença que implicam o movimento de inclusão e exclusão. Através dos dados coletados foi possível analisar os avanços e desafios estabelecidos com a entrada dos povos indígenas na UFRGS.

Palavras-chave: professor/aluno, diálogo intercultural, povos indígenas.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuro analisar de que maneira acontece o processo de acolhimento dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente no curso de Pedagogia.

O trabalho está organizado em capítulos, primeiramente apresento o detalhamento da pesquisa, os objetivos, a metodologia e os aportes teóricos.

No quarto capítulo contextualizo, de maneira sucinta, a presença dos povos indígenas desde o período colonial até os tempos atuais.

Já no quinto capítulo, apresento alguns dados que mostram o crescimento dos indígenas no meio urbano e sua retomada da valorização e do orgulho étnico-cultural. Ainda esclareço o processo da reserva de vagas na Universidade, como é feita a seleção destes estudantes e alguns benefícios que são oferecidos para sua permanência.

Os depoimentos encontram-se no sexto capítulo desta pesquisa. As entrevistas estão transcritas. Após temos as análises das questões mais significativas que surgiram ao longo das entrevistas e que fomentam a pesquisa.

Por fim, no último capítulo faço uma reflexão deste estudo pensando sobre as contribuições que o diálogo intercultural traz para nossa construção social.

2 DETALHAMENTO DA PESQUISA

2.1 A inspiração

Esta pesquisa é inspirada na experiência pessoal que tive com estudantes indígenas no curso de Pedagogia da UFRGS. Partindo disso busquei conhecer melhor esta cultura, me aproximando deles para então compreender e compartilhar desta nova configuração que o meio acadêmico vem tomando.

Outro aspecto importante deve-se ao fato de que no ano de 2014 o primeiro estudante indígena foi graduado no curso de Pedagogia.

2.2 Os objetivos do estudo

O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo de acolhimento dos estudantes indígenas no curso de Pedagogia. Os objetivos específicos são: identificar e analisar ações de apoio à permanência deste estudante e perceber como é avaliada a produção de conhecimento, considerando a diferença étnica e cultural.

3 DELINEAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

3.1 A escolha da metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa e os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas neste processo. Foram entrevistados três professores, três estudantes indígenas (a totalidade no curso atualmente) do curso de Pedagogia, e um membro do Programa de Ações Afirmativas.

No percurso metodológico procuro, através dos questionamentos, identificar as ações de acolhimento à permanência do aluno indígena, e como o conhecimento desses alunos é avaliado pelos professores.

A obtenção do material a ser analisado, além das entrevistas que foram gravadas e transcritas, deu-se através de análise documental onde estudo a Decisão 134/2007 que instituí o Programa de Ações Afirmativas e que traz

informações relevantes para compreender o processo de entrada do estudante indígena na Universidade.

A partir do material coletado realizei uma análise sobre as questões mais significativas que surgem nas falas dos participantes procurando me aproximar ao meu referencial teórico.

3.2 Os aportes teóricos

No decorrer desta pesquisa que trata do acolhimento do estudante indígena no curso de Pedagogia da UFRGS são abordados alguns conceitos que envolvem esta temática. O primeiro deles e que atravessa as discussões sobre a entrada do aluno indígena na universidade é a questão da identidade e da diferença.

Como José Jorge de Carvalho(ano) nos mostra, “as reivindicações dos povos indígenas parte sempre da alteridade e impõe a diferença como horizonte de negociação”, então a luta é para permanecer diferente, porém com o direito de fazer suas próprias escolhas. Trago ainda as contribuições de Tomaz Tadeu da Silva que faz uma reflexão sobre identidade e diferença e diz que os dois conceitos caminham juntos pois, as diferenças determinam a que grupo pertencemos, definindo assim nossa identidade. Porém, esta questão não pode ser entendida de maneira tão simplificada, não podemos esquecer que elas envolvem relações sociais e relações de poder. Pertencer a um determinado grupo pode garantir ou não o acesso a direitos econômicos sociais e culturais, pois “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir” (SILVA , 2000).

A entrada do aluno indígena na Universidade é permeada por esses dois conceitos, pois trata do acolhimento e aceitação dos diferentes e das diferenças. Hoje no ano de 2014 temos o primeiro estudante indígena a formar-se no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ser diferente reafirmando seu pertencimento indígena aponta para o caminho da retomada do orgulho étnico e cultural. Como nos fala o antropólogo Gersen dos Santos Luciano:

A reafirmação da identidade não é apenas um detalhe na vida dos povos indígenas, mas sim um momento profundo em suas histórias milenares e um momento de conquista e vitória que se introduz e marca a reviravolta na história traçada pelos colonizadores europeus,

isto é, uma revolução de fato na própria história do Brasil (Luciano, 2006, p.42-43).

Nesta retomada identitária a Universidade, que abre suas portas para os povos indígenas, aparece como um espaço rico para o diálogo intercultural e a produção de novos conhecimentos. O intelectual indígena Marcos Terena (20013) nos diz que o professor não tem obrigação de conhecer *a priori* o mundo indígena, é através do diálogo que se reconhece os conhecimentos ameríndios, e para que isto aconteça...

Surge então o novo papel do Índio Universitário: ser instrumento para agregar valores ao conhecimento acadêmico, científico e pedagógico ocidental, afinal, sua formatação é feita de acordo com a cultura e a tradição unilateral ou egocêntrica. Talvez esteja aí o grande desafio e a oportunidade de construir um processo digno de primeiras nações para a formação superior do indígena, com reconhecimento como valor científico e acadêmico, e não apenas como concessão ou compensação (TERENA, p.10).

Considero relevante esta colocação de Terena quanto ao reconhecimento dos saberes indígenas para a produção de novos conhecimentos. Este é um dos assuntos que abordo neste estudo e entendo que esta questão está mergulhada em uma mudança profunda do olhar acadêmico sobre estes estudantes. Para tanto trago aqui as contribuições da professora e pesquisadora Maria Aparecida Bergamaschi (2013) que faz uma importante reflexão sobre a presença de alunos indígenas na UFRGS. Este é o início de um caminho, a Universidade abriu suas portas “no entanto a presença de estudantes indígenas é acompanhada por muitos desafios, a maior parte deles pautada pela incompreensão e pelo desconhecimento que prevalece em relação a esses povos” (BERGAMASCHI, 2013). Portanto, a possibilidade de um diálogo intercultural está no início de uma longa caminhada, percebemos pequenos movimentos isolados, porém de grande valor, pois é assim que o nosso meio acadêmico está se reconfigurando. O diálogo entre culturas nos convida a pensar e olhar o diferente, estar disposto a compartilhar os saberes de si e do outro.

Este movimento vai ao encontro do que dizem os autores Souza Lima e Barroso-Hoffman (2007, p. 17):

Ao incluir os indígenas nas universidades há que se repensar as carreiras universitárias, as disciplinas, abrir novas (e inovadoras) áreas de pesquisa, selecionar e repensar os conteúdos curriculares que têm sido ministrados e testar o quanto estruturas, que acabaram se tornando tão burocratizadas e centralizadoras, podem suportar se colocar a serviço de coletividades vivas, histórica e culturalmente diferenciadas.

Através do diálogo podemos produzir novas maneiras de pensar e entender os povos indígenas abrindo inovadoras possibilidades de conhecimento.

4 O POVO INDÍGENA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Durante séculos, ocorrem movimentos que tem como objetivo esconder, negar e exterminar os primeiros habitantes do Brasil. Esses habitantes denominados “índios” que segundo o dicionário da língua portuguesa significa nativo, natural de um lugar, foram submetidos à colonização europeia de maneira a negar sua própria cultura para manterem-se vivos. Ainda podemos dizer que esta denominação também surgiu a partir do olhar europeu sobre quem encontraram quando aqui chegaram, nos séculos XV e XVI julgando terem chegado a outro lugar denominado Índias. Desde então, o colonizador vem tentando várias formas de ignorá-lo, demarcando terras, desprezando sua cultura e rejeitando sua existência.

Portanto, sendo desprezados e descartados seus conhecimentos de maneira incisiva, a estratégia de sobrevivência foi de esconder e negar suas identidades tribais por um longo período de dominação do homem branco sobre o índio.

A interpretação do senso comum traduz o índio atual com distanciamento de sua identidade cultural, pois aqueles que se encontram nas cidades, utilizando celular e vestimentas, aparecem aos nossos olhos, como não mais pertencentes a sua cultura, como se isso o descaracterizasse como escreve Ramos (1986, p.91),

Usar roupa, relógio de pulso, sandálias havaianas ou radiotransistor faz um índio se tornar branco tanto quanto um colar de contas, uma pulseira de fibra, uma rede de algodão ou uma panela de barro transformam um branco em índio. O que conta é o modo de ser, a visão de mundo, a atitude para com a vida a sociedade, o universo, e isso não se destrói tão facilmente.

Nesta visão neocolonialista, os índios deveriam seguir suas tradições antigas, sem a intervenção da sociedade civil, com o objetivo de isolá-los para que desta forma seguissem seu caminho. Deve-se intentar que novamente tal visão não atende às expectativas e necessidades reais e atuais dos descendentes de origem indígena.

Os primeiros habitantes da América do Sul, tem sofrido um constante combate sobre sua história. A própria escola tem sido usada como instrumento para construir um pensamento social direcionado de maneira a entendermos

este povo como pertencentes a um passado distante como se hoje já não existissem mais, e ainda são representados como selvagens que viviam da caça e da pesca, sem terem muito a oferecer.

O fato de ignorar o passado e todo processo histórico de nosso país traduz-se em uma sociedade, uma nação, que desconhece e ignora sua própria ancestralidade. O que nos diferencia e identifica, tudo foi negado, qualquer ligação ou referência que pudessem fazer alusão ou semelhança aos conhecimentos indígenas permanecem silenciados.

Alguns dados nos apontam que no início da colonização o Brasil era habitado por pelo menos 5 milhões de indígenas segundo dados do IBGE 2001 hoje esta população está reduzida a pouco mais de 700.000 mil índios. Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) trabalham com números menores, pois só contabiliza as populações registradas por elas e geralmente estão localizadas nas aldeias ficando de fora todo restante de indígenas que residem em cidades e nos grandes centros urbanos. A partir da identificação do povo ameríndio percebe-se que um significativo número desta população, encontra-se nos meios urbanos.

No estado do Rio Grande do Sul não é diferente ainda que a principal luta é pelo território que foi tomado pelos brancos, percebemos uma circulação desta população nas cidades. Em Porto Alegre, facilmente encontramos indígenas vendendo seu artesanato nas ruas. Essa presença muitas vezes é mal interpretada por nós, que pela falta de conhecimento os vemos como mendigos, desocupados e outras coisas mais. A partir da demarcação e apropriação das terras indígenas, esses povos foram sendo cercados, seus espaços territoriais diminuíram e esta população foi sendo empurrada para as cidades. Hoje a reivindicação é a identificação e homologação de suas terras, mas para que seus direitos sejam garantidos é preciso políticas públicas direcionadas para esta questão. Então eles estão nas cidades para buscar seus direitos, a terra a educação e a saúde diferenciada respeitando os modos de vida deste povo. Para tanto a entrada do indígena na universidade abre a possibilidade de um protagonismo na construção de políticas voltadas a esta população. No capítulo seguinte abordo a conquista de uma vaga na Universidade pública.

5 O INÍCIO DE UMA CAMINHADA: A RESERVA DE VAGAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Apesar da redução drástica de indígenas no nosso país, alguns fatores foram determinantes para o não desaparecimento total desta população. O modo de vida e sua organização social com características próprias são fatores que colaboraram para a preservação da cultura e dos saberes indígenas.

A Constituição Federal de 1988 traz avanços importantes quanto ao reconhecimento da identidade indígena, dando-lhes o direito de manter e preservar sua organização social, sua língua legitimando os processos próprios de aprendizagem, bem como reconhecendo e demarcando terras.

Devemos muito aos povos nativos, pois ao longo desses 500 anos, a história não tem sido fácil para eles, que tiveram que lutar para sobreviver a epidemias, guerra, escravidão, aldeamento e esforços de integração à população nacional conseguida por poucos. Como podemos, então, sem isolá-los, contribuir para sua sobrevivência física e cultural?

Podemos usar a metáfora de que o povo ameríndio vem ressurgindo das “cinzas”, pois além da Constituição Federal de 1988 outras conquistas importantes no âmbito educacional vem acontecendo em nosso país. Gersem dos Santos Luciano pertencente ao povo Baniwa e autor do livro “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje” afirma que este povo encontra-se em plena retomada e valorização dos seus saberes culturais.

A consolidação do movimento indígena, a oferta de políticas públicas específicas e a recente e crescente revalorização das culturas indígenas estão possibilitando a recuperação do orgulho étnico e a reafirmação da identidade indígena. Neste sentido, os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização européia, estão em franca recuperação do orgulho e da auto-estima identitária e, como desafio, buscam consolidar um espaço digno na história e na vida multicultural do país. (LUCIANO, p. 2)

O orgulho étnico aos poucos está sendo recuperado e se reflete na importante conquista de uma vaga na universidade pública. Este avanço é recente, porém de extremo valor para a sociedade como um todo, pois é uma maneira de legitimar e registrar seus conhecimentos, avanços e aprendizagens fazendo uma fusão entre seus saberes e novos saberes.

Na UFRGS as discussões sobre a possibilidade de reservar e direcionar vagas específicas para estudantes indígenas tomam força no ano de 2006. Porém, esta questão teve seu primeiro levante no ano de 2004, na Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação onde foi apresentado um painel “A questão das Ações Afirmativas e a Formação Indígena: a experiência na UNEMAT” em que uma estudante indígena da referida Universidade lança a pergunta: “Afiml, quando a UFRGS abrirá suas portas para nosso povo?”. (INÁCIO,2004)

Já no ano de 2005 forma-se um grupo de trabalho composto por alunos professores e técnicos, comunidades indígenas, movimentos negros e movimentos sociais diversos. Este movimento nasceu a partir da iniciativa de estudantes, tendo como objetivo impulsionar o debate sobre as Ações Afirmativas na UFRGS, portanto, este evento trouxe a comunidade para dentro do meio acadêmico. Lideranças indígenas tiveram a oportunidade de estabelecer um diálogo e trazer e registrar o desejo de estudar na UFRGS.

No ano de 2007 o desejo se concretiza. Conforme Decisão 134/2007 do Conselho Universitário (CONSUN) a política de Ações Afirmativas se materializa, como podemos observar em seu Artigo Primeiro:

Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público do Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Fundamental e Médio e candidatos indígenas. (Art. 1º)

Esta Decisão, a contar de 2008, permanece em vigor por cinco anos quando será reavaliada sua prorrogação, porém nessa trajetória é publicada, no ano de 2012, a Lei 12.711/2012, que estabelece a obrigatoriedade da reserva de vagas em todas as Instituições Federais de Ensino Superior.

O Artigo 12 da Decisão 134/2007 cita que no ano de 2008 serão disponibilizadas 10 vagas para estudantes indígenas, e institui-se a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena que fica responsável pelo processo de seleção e acompanhamento do estudante no ambiente acadêmico.

Quanto à distribuição das vagas nos cursos oferecidos pela Universidade esta decisão é tomada a partir das demandas das comunidades indígenas, juntamente com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e a Comissão de Graduação (COMGRAD) dos cursos demandados.

A cada ano a escolha dos cursos pode mudar de acordo com decisão conjunta conforme citado acima. A forma de ingresso é através de prova de português e redação com assuntos relacionados à realidade indígena. A seleção acontece em Porto Alegre e Passo Fundo.

No ano de 2008 o vestibular, segundo informações do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS e Comissão Permanente de Seleção (COPERSE) teve 43 inscritos para 10 vagas. Já no ano de 2009 inscreveram-se 73 estudantes indígenas e o número de inscritos vem aumentando a cada ano.

Ao entrar na Universidade o estudante será informado sobre os benefícios que tem direito e garantem sua permanência. São eles: moradia na Casa do Estudante, auxílio de material e transporte, auxílio saúde, desconto no restaurante universitário e bolsa permanência concedida pelo MEC.

Além destes benefícios, o estudante indígena tem acompanhamento do processo pedagógico com um professor orientador. Conforme documento elaborado pela Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEIn), que atualmente não está mais em funcionamento esta questão está sobre responsabilidade do Programa de Ações Afirmativas, o orientador é um professor escolhido pela COMGRAD do próprio curso. Este orientador tem atribuições específicas como criar situações de diálogo intercultural, possibilitando que a Universidade também se altere, reflita e repense a partir da presença indígena. Também indica o monitor que irá acompanhar e auxiliar o estudante em suas necessidades cotidianas do meio acadêmico, como retirar livros na biblioteca e auxiliar nas ferramentas de informática.

Considero importante que o estudante tenha um professor orientador bem como um monitor, pois é a partir deles que tem início a caminhada dentro da universidade. Os professores precisam estar abertos para escutar e reconhecer esta nova configuração que vem tomando a Universidade, a partir da entrada de estudantes indígenas, precisa-se dar espaço para que a riqueza cultural deste povo apareça.

6 DO ACOLHIMENTO À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: O ALUNO INDÍGENA NO CURSO DE PEDAGOGIA

Neste capítulo analiso as entrevistas realizadas que fomentam os dois objetivos desta pesquisa: investigar como está acontecendo o acolhimento dos estudantes indígenas no Curso de Pedagogia e identificar como está sendo avaliada a produção de conhecimento, considerando a diferença étnica e cultural destes estudantes no meio acadêmico.

Para tanto foram entrevistados, dois professores e uma professoras professores que tem ou tiveram alunos indígenas em suas turmas. Dois alunos indígenas da etnia kaingang e uma aluna da etnia Guarani sendo atualmente o total de alunos no curso de Pedagogia e uma componente do Programa de Ações Afirmativas que contribui no entendimento sobre as ações Programa.

Para identificar os estudantes estou usando o código **E1**, **E2** e **E3** que significa estudante 1, 2 e 3. Também estou usando a sigla **PE** para pesquisadora e **P1**, **P2** e **P3** para indicar os professores entrevistados.

O estudante **E1** entrou na Universidade no ano de 2010 no curso de história, pois naquele ano não constava na relação dos cursos selecionados, o curso de Pedagogia. No segundo semestre do ano de 2013 solicitou transferência para o curso de Pedagogia. O **E2** entrou no ano de 2012 e o **E3** entrou em no ano de 2008 e formou-se em 2014, sendo este o primeiro aluno indígena a se formar em Pedagogia na UFRGS.

Relato questões significativas que surgem a partir das entrevistas com os alunos pesquisados. No primeiro momento analiso suas falas partindo da questão do acolhimento no curso de Pedagogia, para em seguida abordar a questão do dialogo intercultural e a produção de conhecimento.

6.1 Entrevistas dos estudantes indígenas

PE: Como foi tua entrada na universidade? Se sentiu acolhido?

E1: Aqui na faculdade de Pedagogia me sinto muito bem, todos me tratam bem, os colegas e professores. Estive dois anos no curso de história e me sentia uma estranha, ninguém falava comigo aqui é diferente, posso até trazer meu filho nas aulas. Conclui meu ensino médio em uma escola particular e acho que essa convivência com o branco me ajudou nesta entrada na universidade.

E2: Minha entrada foi bem tranqüila porque minha esposa já estava na Universidade. Quanto a minha acolhida, o pessoal da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) que trabalhava com as questões indígenas, fizeram um acolhimento falaram um pouco como funciona a Universidade. Já na faculdade de educação foi bem tranqüila porque os meus colegas me acolheram bem acho que isso fez toda a diferença. No primeiro momento eles não sabiam que eu era indígena depois que falei pra eles, continuaram agindo normalmente. A gente foi se ajudando quando tenho dificuldades recorro a eles e eles a mim. Não quero ser aluno destaque, quero ser como os outros, estou aqui para trabalhar esta interculturalidade. O professor Baniwa fala que hoje para ser indígena é preciso conhecer a sua história e a história do não indígena. Tudo é uma construção a gente vai se construindo como uma pessoa melhor.

PE: Tu não quer ser destaque, mas devem surgir perguntas sobre a questão indígena?

E2: Sim, algumas até meio bobas, como por exemplo, vocês andam sem roupa? Acredito que isso acontece pelo próprio desconhecimento da pessoa. Eu sofri um pouco em uma disciplina onde falei sobre a escola indígena e os professores não aceitaram o ponto de vista sobre a escola indígena, tinha um padrão de escola que só valorizava aquele padrão. É o que eu acredito e não abri mão disso acho que as diferenças precisam ser respeitadas.

PE: Então teve um conflito os professores não concordaram com tua posição?

E2: não é que não concordaram acho que não entenderam, não conseguem entender porque aqui tudo precisa ter um referencial teórico e a escola indígena não parte deste princípio, por exemplo o PPP da escola traz toda a trajetória contada pelos mais velhos os anciões da comunidade. No PPP normal tem vários teóricos. Eles queriam saber porque não tinha teórico. Como disse a organização e a política interna é diferente, mas queriam que meu trabalho fosse igual dos outros.

PE: E no final tu conseguiu?

E2: Sim eu não reprovei, mas fiquei com aquela dúvida será que eu fiz certo. Tive que explicar para todos os colegas. Existe um teórico no nosso PPP porém, é um teórico não reconhecido pelos não indígenas.

E3: Até que as pessoas me conheciam e eu conhecia as pessoas eu andava meio sozinho a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) me ofereceu uma monitoria para acompanhar, mas a monitora não tinha tempo de acompanhar frequentemente. Eu tinha dificuldade de fazer Xerox entender as disciplinas encontrar as salas circular pela Universidade.

PE: Nenhum professor se dispôs a te ajudar?

E3: Eles tentavam me ajudar, mas tinha outro tipo de conhecimento que muitas vezes entrava em confronto com minha sabedoria, eu tinha um sonho de fazer uma faculdade e consegui, eu não vim de uma cultura que escrevia bastante e que lia bastante eu vim de uma cultura oral e com a sabedoria de um povo indígena nato brasileiro. Tem essa sabedoria essa ciência em todas as coisas, como previsão do tempo, medicina eu vim dessa sabedoria e na faculdade tinha outra sabedoria e eu tinha que me adaptar a esta outra sabedoria que eles estavam passando e eu tinha que cuidar muito pra ver o que eu tenho que usar, eu tinha que me cuidar para não usar essas políticas dentro de outras políticas.

PE: Tua percebe que essa sabedoria que traz contigo é avaliada, é reconhecida pela Universidade pelos professores?

E3: Para nós que vamos trabalhar em escola Kaingang a gente tem uma proposta pedagógica kaingang com filosofia kaingang. Muitos professores me consideram como um outro sábio, mas muitos não consideraram e a gente começou a brigar o conhecimento não está muito distante faltou a origem deste saber dentro da Universidade tudo tem a origem muitas vezes perguntei sobre esse conhecimento mas é estranho, nós aprendemos o planeta que temos, ou seja, há outras vidas tem saberes com os animais as árvores a cosmologia deste planeta. Eu vi que na Universidade são trabalhados outros sábios, ou seja, ta tudo no computador essa sabedoria, então é moleza para os alunos, mas eu queria fazer do meu jeito com meus pensamentos, ou seja, eu estudo um pensamento e vou refletir, gosto de enriquecer este pensamento tem muitas verdades e muitos tipos de pensamento. Algumas vezes isso não era aceito e mesmo que tentava fazer do jeito deles minha marca estava presente nas palavras, não tem como fugir. Eu sei a história da América por outro ângulo e os professores trabalham com a visão européia. Essas coisas que eu discutia muito com os professores, mas também encontrei professores que trabalhavam minhas ideias. Fui fazendo amizade, apesar de ter me sentido muito sozinho como homem. Faltou um pouco de brincadeiras esse povo não é risonho, é estressado. Tive outro aprendizado para entender essa política de povos.

PE: Tem alguma dificuldade em relação à língua portuguesa, interpretação dos textos?

E1: No curso de História não consegui acompanhar algumas disciplinas, mas aqui no curso de Pedagogia estou entendendo os textos.

E2: Eu tive muita dificuldade, porém nos primeiros semestres eu estudei quase que vinte e quatro horas, eu sempre gostei de estar de igual para igual, se tu olhar meu currículo a maioria das notas são A eu ficava o tempo todo estudando e não me admitia ficar para trás. Sempre estudava com o computador aberto muitas palavras eu não entendia e pesquisava o significado dela. Mas agora eu consegui me familiarizar mais com a escrita. Como diz uma professora minha, a gente pensa na língua materna.

E3: Sim tive para nós fazermos um bom trabalho é preciso entender o que o autor está dizendo, mas isso a monitora me ajudou muito. Eu ficava um pouco fechado, aí teve um dia que decidi fazer amizade então, as coisas melhoraram, formei um grupo para fazer os trabalhos.

PE: Quando tem dúvidas sobre as disciplinas ou alguma questão relacionada ao curso recorre a quem?

E1: Peço ajuda para minhas colegas, que são muito legais comigo.

E2: Sempre converso muito com meus colegas, eu ajudo eles e eles me ajudam.

E3: A monitora e depois as colegas.

PE: Tem monitor ou professor orientador? Considera isso importante?

E1: Não tenho monitor, lá no curso de história tinha, mas não consegui estabelecer um diálogo com ele.

E2: Eu tive um monitor no primeiro e segundo semestre, foi muito bom a gente se encontrava uma vez por semana eu tenho uma orientadora, mas nunca venho conversar com ela, não sinto necessidade converso com minhas colegas. Foi importante a monitora no começo eu não sabia retirar livros na biblioteca e ela me ajudou, agora já consigo caminhar sozinho.

E3: Até o quarto semestre fiquei um pouco sozinho porque minha monitora era muito ocupada, depois tive outra monitora que não era remunerada, como voluntária que seguiu junto comigo até o final do curso. Sim tenho professora orientadora.

PE: Quanto aos benefícios para tua permanência na Universidade, tu consideras importante?

E1: Sim, meu irmão se formou em uma faculdade particular, foi bem difícil pra ele, mesmo com bolsa, tinha que pagar passagem, o material. Aqui não e tenho a passagem o Xerox. A UFRGS oferece este suporte.

E3: Eu tive a monitoria e uma bolsa de 500,00 no início foi da própria Universidade e no final foi do MEC de 900,00 ainda é muito pouco quem estuda precisa ter muito recurso é muito caro eu gastei tudo que eu tinha e hoje estou com dívidas.

PE: Quando concluir o curso quer voltar para tua comunidade?

E1 : Sim, quero trabalhar como professora na escola da aldeia, lá os professores são brancos e isso dificulta a alfabetização, porque as crianças falam apenas sua língua materna.

E2: A gente pretende voltar para a comunidade para relacionar os conhecimentos, levar para discutir e o que podemos construir para contribuir nessa interculturalidade trabalhar na construção de visão de mundo. Hoje lá na minha comunidade as crianças estão sofrendo porque não sabem falar português, os professores não indígenas estão cheios de vontade então colocar os professores indígenas na base nas séries iniciais para ensinar o português e a língua materna. Também quero continuar os estudos fazer mestrado para quem sabe trabalhar em uma universidade composta por professores indígenas com a cultura indígena.

E3: Sim, ainda quero continuar os estudos fazer mestrado.

6.2 Entrevistas dos professores

PE: Como foi/é ter um aluno indígena em sala de aula? Precisou alterar tua aula ou teu planejamento?

P1: No primeiro momento achei que um conflito estava estabelecido. Fui orientadora de estágio de um aluno indígena. O que me foi passado é que este aluno era um pouco resistente às normas e regras da faculdade. Ele queria fazer o estágio em sua aldeia e isso foi apresentado como um problema. Procurei conversar com este aluno e logo que manifestou seu desejo em realizar o estágio na aldeia, o primeiro conflito estava resolvido. Eu assumi esta questão e disse vou até a aldeia. Faz parte da inclusão ir até a aldeia, então vamos até lá.

Fiz uma visita antes do início do estágio para me familiarizar com a realidade do aluno entendi que ele precisava fazer o estágio na sua comunidade, pois o objetivo em formar os estudantes na universidade é o retorno para a comunidade. Este objetivo é reforçado apesar de saber que sua cultura também pode contribuir para outras escolas não indígenas.

P2: Percebi que havia um aluno indígena em sala de aula primeiramente ao identificar seus traços físicos. Depois este aluno estudava junto com sua monitora, que tinha todo um cuidado e um comprometimento com este aluno procurando fazer uma ponte entre professor e aluno. Não precisei fazer nenhuma alteração em minhas aulas apenas observava o aluno, pois o silêncio era constante então ficava na dúvida para saber o quanto ele estava conseguindo acompanhar. Mas isso acontece com os alunos não indígenas também. Temos aqueles que falam sempre e outros que nunca falam. Mais para o final do semestre ele começou a participar mais das aulas. Também tive que ter um olhar atento na produção escrita, pois se eu fosse equiparar ele com outros alunos talvez ele ficaria com conceito C ou até mesmo fosse reprovado, então tive um cuidado com isso.

P3: Este aluno realizou uma atividade individual de avaliação escrita, ele está no grupo daqueles que ganharam o conceito B, até então eu não sabia que ele era indígena. Há uns quinze dias atrás, os alunos retornaram da semana de prática, então tivemos a oportunidade de discutirmos como havia sido esta semana no espaço escolar. Foi justamente nesse momento que fiquei sabendo que havia um aluno indígena, pois ao relatar sobre sua semana de prática ele falou sobre a diferença entre a semana de observação e a semana em que foi dar aulas, e percebeu que os alunos já tinham um domínio maior da língua portuguesa. Então perguntei como assim língua portuguesa? Não professor é que eu sou indígena. Quando ele me relatou essa experiência dele como professor indígena e aluno indígena, ele me relatou uma coisa interessante que não é simplesmente falar uma língua é pensar na língua, tem coisas que não são passíveis de serem traduzidas. Ele pensa a partir da cultura kaingang se expressa a partir da língua Kaingang tem aspectos da linguagem que não são traduzíveis e isso, me dei conta quando ele começou a falar colocando a experiência dele de pensar na língua portuguesa, eu fiquei muito fascinado com o relato dele justamente pela questão que ele levanta de como é se expressar e pensar naquela língua. Então me dei conta que aquele B que dei na avaliação deveria se relativizado, levando em consideração todo esforço que ele deve ter feito para escrever aquele texto, eu tenho que considerar que ele não é um nativo dessa nossa cultura urbana. Ele passa por um processo de aculturação quando eles entram na Universidade. Eles vêm para cá para legitimar sua profissão e com certeza saem daqui carregando marcas deste processo. Eles precisam se apropriar de uma lógica acadêmica. A princípio não senti necessidade de alterar alguma coisa na disciplina até porque a própria natureza da disciplina possibilita discussões, não sinto exatamente necessidade de mudar o modo de abordagem, mas sim ampliar a participação dele nas discussões.

PE: Quais as tuas aprendizagens a partir da tua experiência neste processo de diálogo intercultural?

P1: Procurei ler sobre o idioma sobre sua organização social o próprio aluno me indicou algumas coisas. Fiz este exercício de reconhecer e compreender que na aldeia e na escola os ritmos são bem diferentes dos nossos. Aprendemos juntos. Foi importante conhecer a cultura para também poder subsidiar este aluno com leituras que podem contribuir na construção de suas aulas.

P2: Quanto as minhas aprendizagens acho que você precisa considerar os recursos que o aluno tem. No caso do aluno indígena ele trouxe para a sala de aula uma espécie de desafio étnico.

P3: Eu deveria ter sido comunicado que teria um aluno indígena em sala de aula se ele não me diz que ele é indígena talvez eu nunca saberia, poderia explorar melhor isso valorizar o modo de vida, traços da cultura dele pensar inclusive sobre nossas escolas, é coisa perdida esse é meu sentimento. Talvez teria mudado meu planejamento.

PE: Tu consideras importante a entrada deste aluno na Universidade para a produção de novos conhecimentos?

P1: O ganho da universidade e de nós como professores com a entrada destes alunos indígenas é poder questionar esse discurso conservador. A visão de mundo que ele traz pode questionar a minha visão de mundo e esse diálogo pode ser importante para a produção de conhecimento. O diálogo cultural sempre foi do branco para o indígena agora chegou o momento de fazermos o contrário. As falas que predominam dentro de nossa universidade ainda permanecem com esse movimento do branco ensinar o indígena. Não há uma adaptação da universidade com o aluno indígena. Para mim o princípio do colonialismo se mantém através de algumas práticas da Universidade. O diálogo cultural sempre foi do branco para o indígena agora chegou o momento de fazermos o contrário. As falas que predominam dentro de nossa universidade ainda permanecem com esse movimento do branco ensinar o indígena.

P2: Sem dúvida é importante e é algo novo para nós.

P3: Eu acho que é uma questão de justiça social de tentar de algum modo abalar essas estruturas que garantem a desigualdade social. Mas eu me pergunto se na verdade ao acolher o aluno indígena na Universidade a gente não tem muito mais a aprender com eles do que eles com a gente. Não é muito claro, que tipo de saberes, teriam utilidade para eles lá naquela comunidade e é por isso que acho que nós temos mais a aprender com eles. Pode ser que minha posição seja um pouco romântica demais. Eu não consigo deixar de enxergar isso como um processo de aculturação, aqui tem um contraste muito mais forte e eu fico me perguntado qual é a serventia de passarem pela universidade. Sem querer fechar as portas para eles muito pelo contrário é importante a presença deles.

6.3 Análise das entrevistas

Um dos aspectos apresentados pelos alunos quando questionados sobre o acolhimento nessa chegada a Universidade foi à importância de ter uma monitoria, alguém que os acompanhe em seus primeiros passos neste espaço, que é tão novo, para o estudante indígena.

Na instrução normativa 002/2014 que regulamenta a monitoria para estudantes indígenas que é mantida pela Pró-Reitoria de Graduação em conjunto com a Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas prevê em seu artigo 7º e 8º que: o monitor será selecionado a partir de critérios fixados pelas suas Unidades de Ensino, pelo professor orientador e ainda, com estudantes indígenas. As bolsas de monitoria devem ser solicitadas pelas Comissões de Graduação via processo. Quanto ao período que este aluno terá um acompanhamento varia de acordo com a necessidade de cada estudante como mostra o Artigo 23:

“Será facultada ao estudante indígena a solicitação de semestres adicionais de monitoria, após o primeiro ano de curso, mediante apresentação de justificativa ligada às atividades realizadas com o monitor em período anterior ao do pedido”.

Portanto, o estudante indígena tem direito a este acompanhamento de um monitor e que como aparece nas falas se mostra fundamental para conhecer os espaços acadêmicos e seu funcionamento. Além de serviços como acesso aos materiais, Xerox e livros na biblioteca o estudante tem o suporte para fazer os trabalhos das disciplinas.

Na Decisão 134/2007 em seu Artigo 12 fica instituída a Comissão de Acesso e Permanência do Estudante Indígena (CAPEin) que tem por competência o processo seletivo e o acompanhamento do estudante indígena no meio acadêmico. É importante registrar que atualmente este processo é de competência do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS tendo em vista a CAPEin não estar mais em funcionamento. Esta Comissão elaborou um documento deliberando as atribuições do professor orientador e do monitor que entre elas está fomentar o diálogo intercultural entre estudantes e professores.

A monitoria aparece como um vínculo afetivo de segurança que o aluno tem com este mundo novo que precisa se adaptar. Dos três estudantes indígenas entrevistados, sendo a totalidade no curso de Pedagogia, o estudante **E1** teve acesso a monitoria em seu primeiro curso, porém não estabeleceu um vínculo então o trabalho não teve progresso. Percebo que esta relação entre o monitor e o estudante indígena tem sua complexidade, estabelecer vínculos, compreender e interpretar os tempos e os saberes de outra cultura, não me parece algo tão simples, mas também trago aqui minha experiência pessoal, não de monitoria, mas apenas colega de um estudante indígena. Não foi fácil ter a confiança deste estudante para que pudesse falar o que sentia ou que compreendia das coisas da faculdade, fui aos poucos entendendo toda aquela desconfiança que tem origem em todo processo histórico de negação da existência deste povo. Conhecer, estudar a cultura é um passo importante, mas considero a escuta atenta em cada palavra e gesto deste estudante, fundamental para estabelecer um diálogo de troca. A monitoria tem sua importância de diferentes maneiras. O **E2** em sua fala quando diz que se sente seguro para caminhar sozinho, deixa claro que neste momento não precisa de um monitor, porém no início do curso teve este acompanhamento e foi importante, como, por exemplo, retirar livros na biblioteca, ainda este mesmo estudante relata que tem professor orientador e que também não sente necessidade de procurá-lo, prefere sempre o diálogo com os colegas. Não tenho certeza se isto ocorre pela não aproximação ou se realmente não necessita deste acompanhamento.

O estudante **E3** deixa clara a importância de um monitor durante todo o curso:

Até que as pessoas me conheciam e eu conhecia as pessoas eu andava meio sozinho a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE) me ofereceu uma monitoria para acompanhar, mas a monitora não tinha tempo de acompanhar frequentemente. Eu tinha dificuldade de fazer Xerox entender as disciplinas encontrar as salas circular pela Universidade.

Até o quarto semestre fiquei um pouco sozinho porque minha monitora era muito ocupada, depois tive outra monitora que não era remunerada, como voluntária que seguiu junto comigo até o final do curso.

Esta questão quase o fez desistir do curso, até que no quarto semestre aparece uma monitora voluntária que o acompanhou até o final do curso.

Além da monitoria o estudante pode contar com outros benefícios como, moradia e alimentação, auxílio material, inglês para estudantes que precisam dessa língua para melhor aproveitamento no curso, sala de informática na casa do estudante especificamente para estudantes indígenas e Bolsa Permanência no valor de \$ 900,00. Trago aqui a fala do **E3** sobre os benefícios: “ainda é muito pouco quem estuda precisa ter muito recurso é muito caro, eu gastei tudo o que eu tinha e hoje estou com dívidas”. O suporte, mesmo que pouco, é indispensável para que o estudante consiga ter o mínimo de condições de chegar até a Universidade, alimentar-se e ter os materiais necessários para o seu estudo.

Apresento outra questão relevante que aparece nas falas dos estudantes **E2** e **E3** sobre o desafio para apropriar-se da linguagem acadêmica especialmente na interpretação dos textos das disciplinas. E mais uma vez surge à importância do diálogo intercultural, pois fazer o movimento de compreender este aluno, que vem de uma cultura oral onde a palavra tem muito mais poder que o papel, é um passo importante nessa relação cultural.

E2:Eu tive muita dificuldade, porém nos primeiros semestres eu estudei quase que vinte e quatro horas, eu sempre gostei de estar de igual para igual, se tu olhar meu currículo a maioria das notas são A eu ficava o tempo todo estudando e não me admitia ficar para trás. Sempre estudava com o computador aberto muitas palavras eu não entendia e pesquisava o significado dela. Mas agora eu consegui me familiarizar mais com a escrita. Como diz uma professora minha, a gente pensa na língua materna.

E3: Sim tive para nós fazermos um bom trabalho é preciso entender o que o autor está dizendo, mas isso a monitora me ajudou muito. Eu ficava um pouco fechado, aí teve um dia que decidi fazer amizade então, as coisas melhoraram, formei um grupo para fazer os trabalhos.

A professora **P1**, nota-se em sua fala, quando diz que procurou ler sobre a cultura e aproximar-se deste aluno para então poder subsidiá-lo na disciplina, um olhar específico a este aluno.

Procurei ler sobre o idioma sobre sua organização social o próprio aluno me indicou algumas coisas. Fiz este exercício de reconhecer e compreender que na aldeia e na escola os ritmos são bem diferentes dos nossos. Aprendemos juntos. Foi importante conhecer a cultura para também poder subsidiar este aluno com leituras que podem contribuir na construção de suas aulas.

Partindo disso se estabeleceu uma relação de confiança e proximidade em que ela torna-se referência para o estudante. Este é um fato a ser considerado uma atitude louvável desta professora, e ela também nos diz que o discurso conservador permanece dentro da Universidade o movimento do branco ensinar o indígena, é isso que estamos praticando. Percebo que o percurso acadêmico não está em conformidade com as práticas acadêmicas. Durante todo curso de Pedagogia um discurso pairava sobre nossas cabeças, o professor pesquisador, o professor precisa partir da realidade do aluno para fazer seu planejamento, então surge uma questão, onde isto está aqui dentro do curso de Pedagogia? O plano da disciplina é sempre o mesmo os textos lidos são os mesmos todos os semestres. Então, fica difícil para o estudante indígena acompanhar todas essas questões se nenhum movimento for feito para ir ao encontro deste aluno.

O **E2** relata sobre o conflito que teve com um professor, quando apresenta o projeto político pedagógico da escola indígena e não é compreendido pelo fato de não ter no PPP um teórico conhecido legitimado pela cultura do homem branco.

Eu sofri um pouco em uma disciplina onde falei sobre a escola indígena e os professores não aceitaram o ponto de vista sobre a escola indígena, tinha um padrão de escola que só valorizava aquele padrão. É o que eu acredito e não abri mão disso acho que as diferenças precisam ser respeitadas.

Este fato mostra a falta de compreensão e conhecimento deste professor com este aluno. Que oportunidade rica que teríamos de conhecer um Projeto Pedagógico de uma escola indígena onde esta alicerçado nos conhecimentos dos líderes daquela comunidade. O diálogo intercultural pouco

acontece, ou até me arisco em dizer não acontece, o estudante indígena precisa moldar-se as nossas exigências ou não conseguirá seguir.

Ainda abordando os saberes indígenas apresento a fala do **E3** quando questionado sobre a valorização de seus conhecimentos na Faculdade:

Eu vi que na Universidade são trabalhados outros sábios, ou seja, ta tudo no computador essa sabedoria, então é moleza para os alunos, mas eu queria fazer do meu jeito com meus pensamentos, ou seja, eu estudo um pensamento e vou refletir, gosto de enriquecer este pensamento tem muitas verdades e muitos tipos de pensamento. Algumas vezes isso não era aceito e mesmo que tentava fazer do jeito deles minha marca estava presente nas palavras, não tem como fugir.

A tentativa de torná-los iguais está presente no discurso deste estudante, ele precisa dizer algo que o professor quer ouvir e não interessa o que ele tem a dizer.

Os relatos apontam os conflitos que permeiam as relações de poder implícitas dentro desta dominação cultural. A entrada do aluno indígena na Universidade é acompanhada por muitos desafios, “a maior parte deles pautados pela incompreensão e pelo desconhecimento que prevalece em relação a esses povos” (BERAMSCHI, 2013, p. 134).

O desconhecido nos assusta desacomoda, não sabemos direito para onde correr, é preciso fazer este movimento contrário de irmos ao encontro destes estudantes, isso exige esforço desapego e vontade de aprender com o outro. Sinto que este discurso não se esgota, mas termino com a fala de um professor, **P3** :

Eu acho que e uma questão de justiça social de tentar de algum modo abalar essas estruturas que garantem a desigualdade social. Mas eu me pergunto se na verdade ao acolher o aluno indígena na Universidade a gente não tem muito mais a aprender com eles do que eles com a gente. Não é muito claro, que tipo de saberes, teriam utilidade para eles lá naquela comunidade e é por isso que acho que nós temos mais a aprender com eles. Pode ser que minha posição seja um pouco romântica demais. Eu não consigo deixar de enxergar isso como um processo de aculturação, aqui tem um contraste muito mais forte e eu fico me perguntado qual é a serventia de passarem pela universidade. Sem querer fechar as portas para eles muito pelo contrário é importante a presença deles.

Sim, temos muito a aprender com eles, a serventia deles na Universidade é legitimar o conhecimento para o protagonismo em suas decisões políticas, educacionais para que sua identidade seja respeitada.

7 Aprendendo a viver

Estou com o coração apertado, porque chega ao final um trabalho que me trouxe muitas emoções. O diálogo com a cultura indígena possibilitou uma reflexão sobre minhas concepções de valores em relação á vida.

Primeiramente destaco que a entrada do estudante indígena na Universidade, apesar de tardia, considero um passo importante na história de luta deste povo. Porém, a comunidade acadêmica ainda não direcionou seu olhar para estes estudantes. Sinto que eles estão ali, são visto como diferentes, mas não como uma rica oportunidade de troca entre saberes e culturas. Esta é uma caminhada delicada e implica em estarmos dispostos a escutar o outro e perceber o que ele tem a nos dizer.

Talvez este processo nunca aconteça, ou até aconteça, os nossos ancestrais estão aí, para refletir sobre isto trago as belas palavras de Heidegger (1987) quando fala sobre nossas experiências:

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, á medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo.

Saio desta Faculdade transformada, algo me aconteceu a partir da experiência com a cultura indígena. Fui buscar o desconhecido o diferente, me aventurei e o resultado é repleto de descobertas encantadoras. Está difícil dar fim neste trabalho, pois isso significa um distanciamento dos meus queridos colegas indígenas dos quais tenho tanta estima...

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida et al. (Orgs.). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior*. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Estudantes indígenas no ensino superior e os caminhos para a interculturalidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2013, p. 129-141.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida et al. (Orgs.). *Estudantes Indígenas no Ensino Superior*. In: TERENA, Marcos. *Estudantes indígenas no ensino superior*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2013, p. 09-13.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 05 de outubro de 1988.

_____. *Portaria Interministerial* (Ministério da Justiça e Ministério da Educação e Cultura) nº.559 de 16 de abril de 1991.

_____. *Decreto Presidencial nº26*, de 1991.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial 2ª edição, 2006.

HEIDEGGER, Martin,(1987). *La esencia Del habla*. In_____ *De camino al habla*. Barcelona: Edicionaes Del Serbal.

LUCIANO, Gersen dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. *Em busca de uma ancestralidade brasileira. Fazendo Escola*, Alvorada, Secretaria Municipal de Educação de Alvorada, 2002.

RAMOS, Alcida. *Sociedades indígenas*. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, TomazTadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 3ª Ed. p. 73-102

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Org.). *Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados*. Rio de Janeiro: Trilhas de Conhecimento, 2007.

UFRGS.DECISÃO 134/07. Conselho Universitário. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/consun/leis/Dec134-07.htm>>. Acesso em: 13 out. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTES INDÍGENAS

Como foi tua entrada na universidade? Se sentiu acolhido?

Tem alguma dificuldade em relação à língua portuguesa, interpretação dos textos?

Os teus conhecimentos são avaliados pelos professores?

Quando tem dúvidas sobre as disciplinas ou alguma questão relacionada ao curso recorre a quem?

Tem monitor ou professor orientador? Considera isso importante?

Quanto aos benefícios para tua permanência na Universidade, tu consideras importante?

Quando concluir o curso quer voltar para tua comunidade?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

Como foi/é ter um aluno indígena em sala de aula? Precisou alterar tua aula ou teu planejamento?

Quais as tuas aprendizagens a partir da tua experiência neste processo de diálogo intercultural?

Tu consideras importante a entrada deste aluno na Universidade para a produção de novos conhecimentos?